

RADIOGRAFIA DOS PROTESTOS DE 2015 EM VITÓRIA (ES): PERFIS SOCIAIS E PERCEPÇÕES POLÍTICAS DOS MANIFESTANTES E DA POPULAÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA

Riberti de Almeida Felisbino¹
Vitor Amorim de Angelo²
Anselmo Hudson Siqueira Nascimento³

Resumo: O objetivo deste artigo é apresentar e discutir os perfis sociais e as percepções políticas dos participantes da manifestação contra o governo Dilma Rousseff ocorrida em Vitória (ES), em 16 de agosto de 2015, estabelecendo como comparação os dados coletados sobre a população da Grande Vitória. O artigo tem como base pesquisas de campo realizadas durante a manifestação de agosto de 2015 e nos meses de novembro e dezembro do mesmo ano. Os dados coletados permitem visualizar a existência de diversos perfis entre os respondentes, possibilitando traçar, sociologicamente, a imagem dos integrantes da amostra. A pesquisa também permite concluir que a amostra é formada por cidadãos democratas e ambivalentes sobre a atual forma de governo, mas conservadores e progressistas em relação determinados temas que circundam suas vidas cotidianas.

Palavras chave: perfil social, percepção política, manifestação, Dilma Rousseff

Recebido em: 02/05/2018

Aceito em: 12/08/2018

¹Professor do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Vila Velha. Contato: riberti.felisbino@uvv.br

² Professor do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Vila Velha. Contato: vitor.angelo@uvv.br

³ Professor do curso de Marketing da Universidade Vila Velha. Contato: anselmo.nascimento@uvv.br

RADIOGRAPHY OF THE PROTESTS OF 2015 IN VITÓRIA (ES): SOCIAL PROFILES AND POLITICAL PERCEPTIONS OF THE PROTESTERS AND THE POPULATION OF METROPOLITAN REGION

Abstract: The objective of this paper is to present and discuss the social profiles and the political perceptions of the participants of the protest against Dilma Rousseff government, held at Vitória (ES) on August 16, 2015, establishing as a comparison the data collected about the population living in the Vitória metropolitan area. The paper is based on a field research conducted during the protest of August 2015 and in the months between November and December of the same year. The collected data allow to visualize the existence of several profiles among the respondents, making it possible to design, sociologically, the image of the sample members. The survey also concludes that the sample is made up of democratic and ambivalent citizens about the current form of government, but conservative and progressive about certain issues presents in their everyday lives

Key-words: social profile, political perception, protest, Dilma Rousseff

Introdução

Primavera Árabe, Movimento 15M e *Occupy Wall Street* foram algumas das manifestações que marcaram os primeiros anos da década de 2010 ao expor problemas estruturais de natureza política e social, reunindo milhares de pessoas em torno de bandeiras contestadoras à ordem vigente. Essas ondas de mobilizações também atingiram o Brasil com as *Jornadas de Junho*, em 2013. No Brasil, as manifestações iniciaram com o protesto contra o reajuste de R\$ 0,20 na passagem de ônibus no município de São Paulo, fortemente reprimido pela Polícia Militar paulista. Esse protesto foi o estopim para vários outros que ocorreram pelo país afora em junho daquele ano, mobilizando, assim, diferentes grupos sociais que adicionaram diversos temas à agenda das manifestações (Singer, 2013).

Um desses temas foram os gastos públicos com a organização da Copa do Mundo de Futebol de 2014. Seguindo o chamado *padrão FIFA*, a construção dos modernos estádios de futebol contribuiu para criar entre a população um sentimento de insatisfação generalizada com os altos investimentos feitos pelo governo, em contradição com os problemas enfrentados diariamente nos serviços públicos ofertados pelo Estado. A explosão dessa insatisfação ocorreu durante a realização da Copa das Confederações, em 2013, quando a frase *Não vai ter Copa* se transformou no mote dos protestos e imprimiu o tom das manifestações. Com o fim da Copa das Confederações, as mobilizações diminuíram, mas

[...] o debate político permanece aquecido dentro das mídias sociais no ano de 2014. No caso dos protestos contra a Copa do Mundo de Futebol, os grupos contrários continuam articulando manifestações e prometem “tomar as ruas” durante a realização do evento. Já em janeiro de 2014, dia 25, 13 capitais brasileiras tiveram protestos contra a realização da Copa. Em fevereiro houve um novo ato marcado, [...], com confrontos entre manifestantes e policiais, quebra-quebra e a prisão de centenas de manifestantes, entre eles cinco jornalistas que estavam cobrindo o protesto (Penteado, 2014, p. 9).

Além da Copa do Mundo, no ano de 2014 o Brasil ainda realizou eleições gerais para os cargos de presidente da República, governador, senador, deputado federal e deputado estadual. A repercussão das manifestações de 2013 afetou a popularidade dos governos, especialmente o da então presidente Dilma Rousseff (PT). Em junho daquele, no contexto das Jornadas, uma pesquisa do Datafolha mostrou que a avaliação positiva da presidente havia caído de 57,0% para 27,0% em três semanas (Datafolha, 29/06/2013). Ao longo do segundo semestre, porém, Dilma recuperou a popularidade e o primeiro lugar nas sondagens de voto para a presidência da República, o que serviu para consolidar sua intenção de concorrer a mais um mandato – em

fevereiro de 2014, seu nome já aparecia novamente como favorito, e a aprovação de seu governo tinha subido para 41,0% (Datafolha, 24/02/2014).

No plano nacional, as eleições de 2014 foram marcadas por eventos singulares, a exemplo da morte do candidato a presidente Eduardo Campos (PSB) e a indicação de sua vice, Marina Silva (PSB), como cabeça de chapa. Particularmente no segundo turno, disputado entre Dilma Rousseff e Aécio Neves (PSDB), as eleições também reproduziram o mesmo padrão de disputa dos quatro pleitos anteriores, entre petistas e tucanos, dividindo o país, social e politicamente, entre partidários do PSDB *versus* PT. As estatísticas referentes ao segundo turno refletem exatamente a dimensão desse acirramento, com a vitória da candidata do PT com 51,64% dos votos válidos – 3,28% apenas à frente de Aécio Neves.

Os últimos meses de 2014 e o início do segundo mandato de Dilma Rousseff, em janeiro de 2015, estiveram à sombra de uma grave crise política e econômica que caracterizaria o restante de sua curta administração, encerrada cerca de um ano e meio depois. Com o escândalo de corrupção na Petrobras e a rápida piora dos indicadores econômicos, o Datafolha identificou, em fevereiro de 2015, uma queda na avaliação do governo, um ano antes, de 41,0% para 23,0% (Datafolha, 09/02/2015). Nesse cenário incerto, parte da população, motivada em

[...] grande parte pelas denúncias de corrupção do chamado Petrolão, mas também por uma série de ajustes fiscais (inclusive contraditórios ao que Dilma afirmou em sua campanha de 2014, o que poderia configurar um estelionato eleitoral), pelo aumento de energia elétrica e combustível, bem como por um sentimento antipetista, [...] foi às ruas pedindo o impeachment da presidente Dilma (Pimentel Júnior, 2015, p. 15).

No primeiro semestre de 2015 ocorreram três grandes manifestações no país: em 15 de março, 12 de abril e 16 de agosto. No protesto de agosto, os autores deste texto coordenaram uma pesquisa de campo com os manifestantes visando identificar os perfis sociais e as percepções políticas dos manifestante em Vitória (ES). Nos meses seguintes, uma nova pesquisa, com o mesmo propósito, foi realizada junto à população da Grande Vitória⁴. A partir da comparação entre os dados obtidos nas amostras, este artigo busca apresentar os resultados das duas pesquisas de campo e analisar as características sociais dos entrevistados e sua visão sobre o regime e as instituições democráticas, especificamente. Para tanto, o texto a seguir está dividido em três partes. Na primeira, apresentamos as pesquisas de campo e as metodologias utilizadas para coleta e análise dos dados. Na segunda, apontamos os atributos *naturais* e *conquistados* dos

⁴ A Região Metropolitana da Grande Vitória é constituída pelos seguintes municípios: Vitória, Vila Velha, Serra, Cariacica, Fundão, Guarapari e Viana. Dentre eles, Vitória, Vila Velha, Serra e Cariacica são os mais importantes, juntos representando 55,0% da população e 70,0% do Produto Interno Bruto capixaba.

manifestantes e da população da Grande Vitória. Na terceira e última parte, analisamos as percepções políticas dos entrevistados.

1. As pesquisas e a metodologia utilizada

As informações apresentadas neste artigo foram obtidas a partir das pesquisas *Manifestação 16/8: perfil e percepções dos participantes em Vitória (ES)*⁵ e *Comportamento e representação política na Grande Vitória (ES)*⁶. Essas pesquisas estão vinculadas ao Núcleo de Pesquisa Social Aplicada (NPSA) da Universidade Vila Velha, e foram realizadas, respectivamente, no dia 16 de agosto de 2015 e entre os meses de novembro e dezembro do mesmo ano⁷. A primeira pesquisa abordou questões relativas ao perfil social dos presentes à manifestação em Vitória, as motivações para a participação no protesto e suas percepções acerca de temas políticos e sociais mais amplos e de problemas da conjuntura nacional. A segunda, que teve como base o questionário ajustado da pesquisa anterior, também buscou apreender os perfis e as percepções políticas dos entrevistados, porém, com foco na população da Grande Vitória.

O questionário da pesquisa *Manifestação 16/8: perfil e percepções dos participantes em Vitória (ES)* contou com questões fechadas e abertas, o que possibilitou trabalhar com variáveis quantitativa e qualitativa para obtenção das características dos perfis sociais e das percepções políticas dos manifestantes. Esse formulário foi dividido em dois blocos: (1) perfis sociais e (2) percepções políticas. No primeiro bloco, buscou-se estabelecer, estatisticamente, a distribuição dos manifestantes por sexo, faixa etária, estado civil, ocupação produtiva principal, renda familiar, escolaridade e local de moradia. Já no segundo bloco, que constituía a parte mais extensa do formulário, o objetivo foi apreender a regularidade de presença em atos de rua, a percepção acerca de programas sociais de governo, confiança nas instituições, a opinião em relação ao comportamento dos governos no período pós-ditadura, o comportamento eleitoral, a participação em grupos e associações civis, a percepção e a confiança nos procedimentos democráticos, a identificação ideológica de si mesmo e dos três principais partidos nacionais, o posicionamento em relação a projetos de leis que tramitavam no Congresso Nacional, a opinião quanto a propostas anunciadas por entidades envolvidas na convocação da manifestação como resposta à crise política (*impeachment*, intervenção militar e realização de novas eleições, por exemplo) e a relação de confiança com os meios de comunicação e os formadores de opinião nas mídias de massa e redes sociais.

⁵ Relatório Técnico contatar os autores.

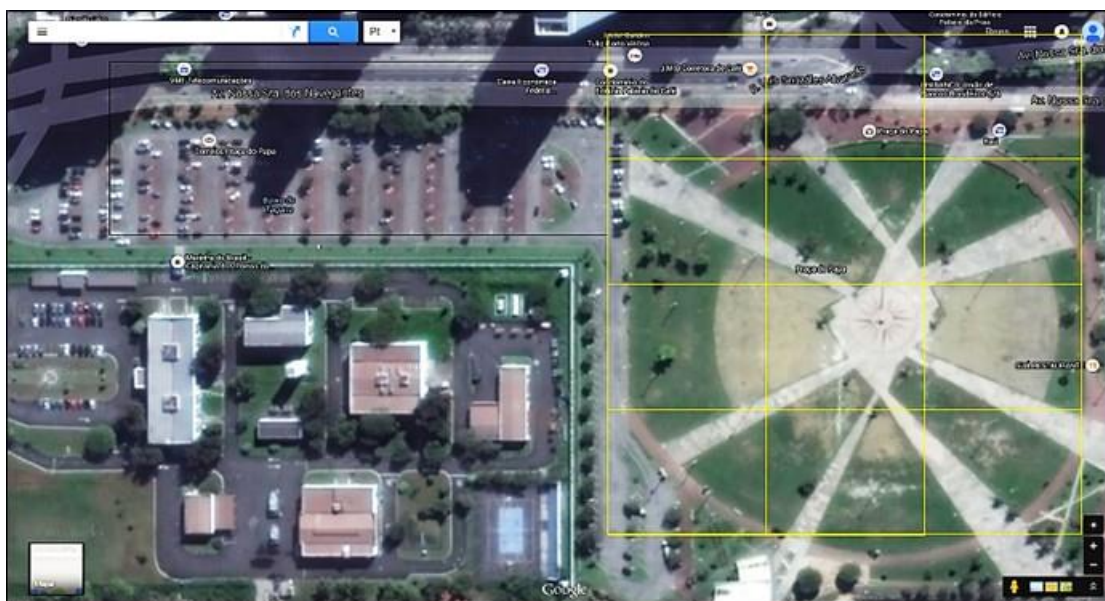
⁶ Relatório Técnico contatar os autores.

⁷ Registramos nosso agradecimento a todos os envolvidos na coleta e no tratamento dos dados e na elaboração dos relatórios técnicos. Também agradecemos à empresa Mercatto Inteligência Competitiva pelo suporte técnico.

O questionário da pesquisa *Comportamento e representação política na Grande Vitória (ES)* teve como base os blocos acima, porém, com pequenos ajustes para adequá-lo aos moradores da Grande Vitória. Essas adaptações ocorreram no *Bloco 1 – Diagnóstico*. As perguntas desse bloco buscavam identificar se era a primeira vez que o entrevistado participava de uma manifestação, se ele estivera nas manifestações do começo do começo de 2015, nas chamadas *Jornadas de Junho* (2013), qual tinha sido o motivo para participar da manifestação de agosto de 2015 e como tomou conhecimento da realização do protesto. Para a pesquisa com a população da Grande Vitória, esse bloco buscou apreender se o entrevistado havia participado das Jornadas de Junho, das manifestações ocorridas no início de 2015, do protesto de 16 de agosto de 2015 e da manifestação em apoio a Dilma Rousseff, ocorrida em *resposta* ao protesto. Caso não tivesse ido nessas manifestações, o questionário perguntava se desejaria participar de algum protesto no futuro e se concordava com o direito de manifestação.

A amostra da primeira pesquisa foi não-probabilística e segmentada por setores delimitados no local da concentração da manifestação, conhecido como *Praça do Papa* (Figura 1). Nesse local foram feitas 366 entrevistas, com margem de erro de 5,5% para mais ou para menos e confiabilidade de 95,0%. Já a amostra da segunda pesquisa também foi não-probabilística, mas por cotas de representação em sexo, idade e município de moradia. Controlando essas variáveis, foram realizadas 400 entrevistas, com margem de erro de 4,9% para mais ou para menos e confiabilidade de 95,0%.

Figura 1. Segmentação da *Praça do Papa* em quadrantes



Fonte: Adaptação a partir do Google Maps

Os dados coletados passaram primeiramente por uma análise de consistência, sendo, em seguida, codificados e inseridos em planilha computacional. Para o gerenciamento e a análise dos bancos de dados foi utilizado o *Sphinx Software*.

2. Atributos naturais e conquistados dos manifestantes e da população

A análise da caracterização social dos indivíduos pode ser feita a partir dos atributos societais que permeiam a vida das pessoas. Esses atributos variam de acordo com a sociedade analisada, mas, segundo Keller (1967), em geral podem ser de três tipos: *naturais*, *conquistados* e *funcionais*. Segundo a autora, os atributos *naturais* dizem respeito às características que distinguem as pessoas - por exemplo, sexo, idade, cor da pele, cor dos olhos, estatura, etc. Os atributos *conquistados*, por sua vez, são obtidos pelos indivíduos ao longo das suas vidas - por exemplo, religião, escolaridade, ocupação, estado civil, ascensão social, renda, etc. Para Keller (1967), os atributos *funcionais* têm relação com as qualidades ligadas ao *status* - por exemplo, o professor possui algumas características normalmente esperadas de um docente.

É importante destacar que a caracterização social dos indivíduos é prática metodológica recorrente na literatura das Ciências Sociais. Rodrigues (1987, 2002, 2006), Messenberg (2002), Santos (2003), Presissinotto, Codato, Braga e Fuks (2007), Mucinhato (2014), dentre outros, são alguns exemplos de trabalhos que se dedicaram a analisar os perfis sociais sob diferentes ângulos. Na caracterização social feita neste artigo, utilizamos apenas os dois primeiros atributos - *naturais* e *conquistados* - destacados por Keller (1967) e tomamos como referência os demais autores por acreditar que eles possam ajudar metodologicamente no diagnóstico sociológico dos participantes da manifestação de 16 de agosto de 2015 e da população da Grande Vitória. Os dados apresentados a seguir servirão para o exame da hipótese segundo a qual os atributos *conquistados* dos participantes da manifestação diferem dos residentes da Grande Vitória.

Antes de apresentar e discutir os dados dos atributos *naturais* e *adquiridos*, julgamos importante fornecer algumas informações demográficas sobre o Estado do Espírito Santo, pelo suporte que forneceram para a caracterização social dos entrevistados e análise dos dados. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2013, divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), registrou uma população superior a 201 milhões de habitantes em todo o país. Desse total, o Espírito Santo tinha 3.848.983 habitantes, correspondente a menos de 2,0% da população brasileira. Em 2013, a composição por sexo não apresentou desequilíbrio entre homens e mulheres. O percentual da população masculina registrado foi de 48,9%, contra 51,1% de mulheres. Com relação à cor da pele, houve um desequilíbrio entre brancos e outras cores (preto, pardo, amarelo, etc.). Da população total do Espírito Santo, as pessoas pertencentes à categoria branca representaram 39,2%, enquanto 60,8% foram classificados como sendo de outras cores. Nessa pesquisa também podemos identificar que a idade média da população (em

anos) foi de 34,2 anos; a escolaridade média (em anos de estudos das pessoas de 25 anos ou mais), de 7,7 anos; e a renda média familiar *per capita*, de R\$ 911,56.

A Tabela 1, apresenta a distribuição dos atributos naturais *sexo* e *faixa etária* resultantes das duas pesquisas de campo realizadas. Os dados revelam haver certa proximidade entre os participantes da manifestação do dia 16 de agosto de 2015 com a população da Grande Vitória.

Tabela 1. Distribuição do sexo e faixa etária
Manifestação 16/8 e Grande Vitória (ES), 2015

Sexo e faixa etária	Pesquisa	
	Manifestação 16/8 (%)	População Grande Vitória (%)
Sexo		
Homem	52,9	49,0
Feminino	47,1	51,0
TOTAL	100,0	100,0
Faixa etária		
15 a 20 anos	8,5	10,8
21 a 25 anos	9,8	13,0
26 a 30 anos	12,8	10,0
31 a 40 anos	19,8	21,8
41 a 50 anos	17,2	15,5
Mais de 50 anos	31,1	28,9
NS/NR*	0,8	—**
TOTAL	100,0	100,0

Fonte: Elaboração própria a partir das pesquisas do NPSA/UVV.

Nota: * Abreviação para indicar “Não sei” e “Não respondeu. ** Sinal para indicar % igual à zero.

Na matriz de dados podemos notar um pequeno predomínio (5,8%) de homens participantes da manifestação - 52,9% de homens contra 47,1% de mulheres. Os números referentes à população da região metropolitana apontam na direção contrária, isso é, uma presença maior de mulheres (51,0%) em comparação com os homens (49,0%). As informações apresentadas sobre sexo mostram uma pequena sobreposição de uma categoria sobre a outra (homem *versus* mulher e vice-versa), sendo que não existe, aparentemente, um desequilíbrio que possa alterar a relação dessa distribuição. Podemos analisar esse ponto utilizando o indicador de razão de sexo. Quando examinamos esse indicador para as duas pesquisas, percebemos certa paridade das categorias analisadas. O predomínio da população feminina sobre a masculina é muito baixa: 100:94 na manifestação do dia 16 de agosto de 2015 e 100:98 na população da Grande Vitória. Tal constatação também foi identificada na PNAD de 2013, que apontou haver 100 mulheres para cada 96 homens residentes no Espírito Santo.

Por fim, os dados da distribuição por faixa etária demonstram que 31,1% dos participantes da manifestação do dia 16 de agosto de 2015 tinham mais de 50 anos, 19,8% pertenciam ao grupo com idade entre 31 e 40 anos, 17,2% estavam na faixa dos 41 a 50 anos e 31,1% pertenciam aos outros grupos etários (15 a 20, 21 a 25 e 26 a 30 anos). Os dados etários da pesquisa com a população da Grande Vitória seguiram a mesma tendência dos resultados anteriores. Na região metropolitana, 28,9% dos habitantes estavam na faixa com mais de 50 anos, 21,8% pertenciam ao grupo com idade entre 31 e 40 anos, 15,5% estavam na faixa dos 41 a 50 anos e 33,8% pertenciam aos outros intervalos etários (15 a 20, 21 a 25 e 26 a 30 anos). PNAD identificou, em 2013, que a idade média da população capixaba era de 34,2 anos, enquanto nas duas pesquisas realizadas, as médias ficaram acima desse valor: 47 anos na manifestação de 16 de agosto de 2015 e 45 anos na população da Grande Vitória. As médias e os percentuais das faixas etárias apontam para um grupo de meia-idade dos participantes da manifestação e dos residentes na Grande Vitória. Respectivamente, 48,3% e 44,4% do total possuíam idade acima 41 anos no momento das pesquisas. Com relação aos atributos conquistados, a Tabela 2 mostra a distribuição do grau de instrução e renda familiar.

Tabela 2. Distribuição do grau de instrução e renda familiar. Manifestação 16/8 e Grande Vitória (ES), 2015

Grau de instrução e renda familiar	Pesquisa	
	Manifestantes 16/8 (%)	População Grande Vitória (%)
Grau de instrução		
Fundamental incompleto	4,6	13,8
Médio incompleto	3,5	10,8
Médio completo	16,7	28,6
Superior incompleto	18,1	18,3
Superior completo	28,8	20,8
Pós-graduação	28,3	7,7
TOTAL	100,0	100,0
Renda familiar		
Até R\$ 1.600,00	11,2	34,9
Entre R\$ 1.601,00 a R\$ 4.000,00	22,9	32,0
Entre R\$ 4.001,00 a R\$ 8.000,00	25,4	18,0
Acima de R\$ 8.000,00	35,3	9,8
NS/NR*	5,2	5,3
TOTAL	100,0	100,0

Fonte: Elaboração própria a partir das pesquisas do NPSA/UVV.

Nota: * Abreviação para indicar "Não sei" e "Não respondeu."

A matriz de dados acima mostra certa disparidade nas informações estatísticas das duas pesquisas. Os atributos adquiridos *escolaridade* e *renda* são diferentes, formando, assim, dois perfis sociais opostos na comparação das duas amostras: um com alta escolaridade e renda elevada, e outro com baixo grau de instrução e proventos. A amostra da pesquisa realizada na manifestação reflete o perfil dos respectivos participantes, ao passo que a amostra da pesquisa realizada na Grande Vitória precisa ser, dentro do critério estatístico de representatividade, proporcional ao universo populacional da mesma região.

Observando-se a escolaridade dos participantes da manifestação de 16 de agosto de 2015, vemos uma progressão escolar de *fundamental incompleto/médio incompleto*, com 4,0%, para *superior completo/pós-graduação*, com 28,5% do total. Tal fenômeno não ocorre com a população da Grande Vitória, pois são poucos os que conseguem atingir os níveis mais altos de escolaridade. Ao somarmos as categorias *superior completo* e *pós-graduação*, verifica-se que os participantes da manifestação possuíam uma alta escolaridade (57,1%), distoando da maioria da população capixaba. De acordo com a PNAD de 2013, as taxas de analfabetismo e analfabetismo funcional foram de 6,6% e 16,0% do total, respectivamente. Essa discrepância também fica explícita quando comparamos os dados com a pesquisa sobre a população da Grande Vitória, pois somente 28,5% dessa amostra possuía ensino *superior completo* e *pós-graduação* - em outras palavras, quase $\frac{3}{4}$ tinha, no máximo, o ensino *médio completo*.

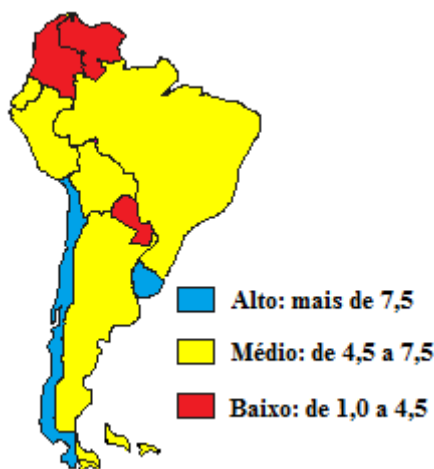
A diferença constatada em relação aos dados de *escolaridade* fica ainda mais acentuada quando observamos a *renda familiar*. Entre 2004 e 2013, o coeficiente de Gini - que mede a desigualdade de renda - do Espírito Santo caiu de 0,547 para 0,490, colocando o Estado entre os que estão na faixa média. Embora o índice mostre uma redução da desigualdade na distribuição de renda no interior da sociedade capixaba, a variável *renda familiar* revela que uma concentração de renda persistente. Entre os participantes da manifestação de 16 de agosto de 2015, os dados mostram que 25,4% tinham renda familiar entre R\$ 4.001,00 e R\$ 8.000,00, e 35,3%, acima de R\$ 8.000,00. Por outro lado, 34,9% dos habitantes da Grande Vitória possuíam renda de até R\$ 1.600,00, e 32,0%, entre R\$ 1.601,00 e R\$ 4.000,00. A própria renda média nas duas pesquisas mostra que a diferença é bastante alta: participantes da manifestação tinham renda média de R\$ 6.842,00, contra R\$ 3.426,00 da população da Grande Vitória.

3. Percepções políticas dos manifestantes e da população

Nas últimas décadas, diversas instituições, a exemplo da *Freedom House*, do *Center for Systemic Peace*, do *Latinobarómetro*, da Fundação Konrad Adenauer-Polilat, dentre outros, vêm se dedicando a analisar a democracia em diversos países do mundo. O *Center for Systemic Peace*,

por meio do seu *Polity IV Project*⁸, ao estudar 167 países ao longo do período de 1946 a 2013, constatou um aumento dos regimes considerados democráticos. Embora a democracia esteja avançando em todo o mundo, ainda encontramos regimes considerados pelos analistas como anocracias⁹ e autocracias¹⁰. Para o *Center for Systemic Peace*, os países sul-americanos são democracias, excetuando-se o Equador e a Venezuela, classificadas como anocracias. A região apresenta, no geral, desenvolvimento democrático médio, segundo a Fundação Konrad Adenauer-Polilat¹¹. A Figura 2, abaixo, ilustra o nível de desenvolvimento da democracia na América do Sul a partir dos dados do IDD-Lat.

Figura 2. Desenvolvimento da democracia, América do Sul, 2015



Fonte: Elaboração própria a partir do Relatório Índice de Desenvolvimento Democrático da América Latina, 2015.

Em seu relatório de 2015, a Fundação Konrad Adenauer-Polilat, por exemplo, ressalta que o Uruguai e Chile são os únicos países da região que apresentaram um alto desenvolvimento democrático (10,000 e 8,749, respectivamente), o que significa que, nesses países, o ambiente societal é propício ao fortalecimento do regime democrático. Já o Peru (6,199), a Argentina

⁸ Para mais informações, acessar: <www.systemicpeace.org/polity/polity4.htm>.

⁹ Colomer, Banerjee e Mello (2016) sustentam que os países anocráticos vivem sob “regimes híbridos”: têm, por exemplo, eleições regulares, mas possuem sufrágio limitado, restrições de direitos civis ou políticos, ou pouca responsabilidade por parte do governo. A particularidade das anocracias é que elas não são uma forma transicional de regime político, mas um tipo específico de regime.

¹⁰ Autocracia é aqui considerada como um sistema político não democrático em que o governo é mantido por grupos autoritários.

¹¹ A Fundação Konrad Adenauer-Polilat elabora, desde 2002, o Índice de Desenvolvimento Democrático da América Latina, conhecido como IDD-Lat, que mede o progresso da democracia na América Latina. Esse índice é composto por quatro dimensões (1) condições básicas da democracia, (2) respeito aos direitos políticos e às liberdades civis, (3) qualidade institucional e eficácia política e (4) exercício do poder para governar. Para mais informações, acessar: <www.idd-lat.org/>.

(5,893), o Equador (4,954), a Bolívia (4,749) e o Brasil (4,744) tiveram um médio desenvolvimento, pois, segundo o relatório, o ambiente ainda apresenta problemas que afetam o desenvolvimento da democracia. No extremo oposto ao do Uruguai e do Chile, o Paraguai (3,973), a Colômbia (3,250) e a Venezuela (1,586) são os três países da América do Sul que apresentaram baixo desenvolvimento democrático, o que indica que, nesses locais, o ambiente societal age contra a democracia.

Em razão de sua história sociopolítica recente, a América Latina é formada por democracias relativamente jovens (Lagos, 2000; Power e Jamison, 2005; Levine e Molina, 2007). Lagos (2000, p. 3), em particular, destaca que a região

[...] possui uma democracia que contradiz as generalizações das Ciências Sociais sobre os pré-requisitos dessa forma de governo. Poder-se-ia dizer que em alguns caos, a democracia é um tipo de máscara sorridente que aprendeu a sobreviver através do silêncio, desconsiderando instituições e práticas autoritárias [...] ou através da aparência de um sistema partidário (Lagos, 2000, p. 3).

Esse silêncio e essa aparência são frutos, segundo a autora, do colonialismo, da presença de grandes famílias proprietárias de terra, das desigualdades e do autoritarismo, o que, em conjunto, por sua vez, afetam as percepções dos cidadãos sobre a democracia - "silêncio e aparência são gêmeos da desconfiança" (Lagos, 2000, p. 2). Nesse contexto, alguns países da região trabalham continuamente no sentido de tentar ampliar a democratização de seus regimes, enquanto outros vivem processos de desdemocratização que, no limite, têm afetado a institucionalização da própria democracia na América Latina (Tilly, 2013). Se a democracia é uma relação do Estado com seus cidadãos, então, um país que vive um processo de desdemocratização apresenta "[...] uma consulta mais estreita, mais injusta, menos protegida e menos vinculante", segundo Tilly (2013, p. 28)¹². Uma vez que a democracia é um regime que institucionalizou a desconfiança¹³, o movimento desdemocratizante pode afetar a relação entre Estado e sociedade e aprofundar ainda mais essa desconfiança (Moises, 2010). Os dados apresentados a seguir servirão para o exame da hipótese segundo a qual os participantes da manifestação e os

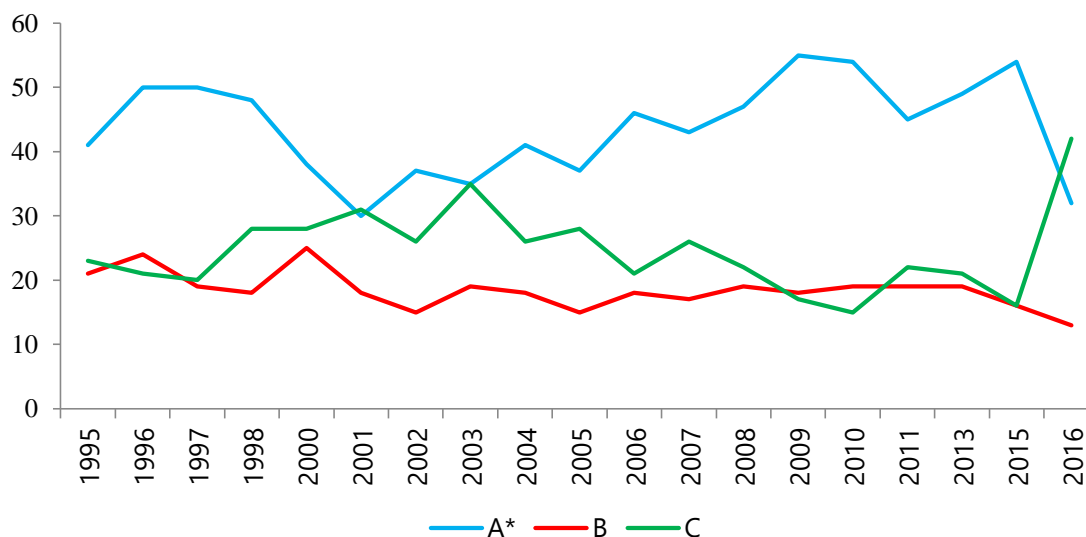
¹² Para Tilly (2013), democracia é um conjunto de relações entre Estado e cidadãos. Essas relações são compostas por quatro elementos essenciais: (i) amplitude: se muitos ou poucos grupos conseguem expor suas demandas diretamente ao Estado; (ii) igualdade: se essa exposição é igual para todos os grupos ou não; (iii) proteção: se o Estado respeita as liberdades adquiridas; e (iv) compromisso mútuo: se o Estado cumpre ou não em conceder benefícios.

¹³ De acordo com Moises (2010, p. 52), "[...] a democracia nasceu da premissa liberal de que quem tem poder não é confiável e de que os procedimentos habituais usados para mantê-lo precisam ser controlados para se evitar seu abuso". Isso significa que a democracia não é um regime de confiança, mas, sim, de desconfiança. Logo, a supervisão e o monitoramento são recursos essenciais para reduzir a sensação de desconfiança.

residentes da Grande Vitória preferem a democracia a outras formas de regime político, mas estão insatisfeitos com suas instituições.

O Brasil também possui um regime democrático bastante recente, na comparação com outras democracias do mundo. Em 01 de fevereiro de 2016, nosso regime democrático completou 30 anos¹⁴, sendo, portanto, a mais longeva experiência democrática da história do país. Embora com quase três décadas vivendo sob uma democracia, pesquisas do Latinobarómetro indicam que a regime político brasileiro enfrenta grandes obstáculos ao seu aprofundamento. O gráfico a seguir, por exemplo, apresenta o apoio da população brasileira a democracia ao longo do período entre 1995 e 2016.

Gráfico 1. Apoio à democracia no Brasil - 1995-2016



Fonte: Elaboração própria a partir do Latinobarómetro.

Nota: * A = O regime democrático sempre é preferível. B = Em alguns momentos é preferível um regime não democrático. C = Tanto faz regime democrático ou não democrático.

Se em território nacional o regime democrático está longe de ser a melhor opção na opinião dos brasileiros, como mostra o gráfico acima, o que os capixabas pensam da democracia? A Tabela 3 exhibe os percentuais das orientações em relação ao regime democrático.

Para facilitar a leitura da tabela, seguimos Moises (2008) e reclassificamos as categorias de apoio à democracia para *democratas*, *ambivalentes* e *autoritários*, visando apreender as orientações dos entrevistados com relação à democracia. Os *democratas* são aqueles que concordaram com a afirmação *a democracia é sempre a melhor forma de governo*. Os *ambivalentes*

¹⁴ A referência, aqui, seguindo Abranches (2001), é o início dos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte em fevereiro de 1987.

são os que apoiaram as afirmações: *a democracia às vezes é a melhor forma de governo* ou *é indiferente ter ou não uma democracia*. Os *autoritários* são os entrevistados que concordaram com a afirmação *a democracia nunca é a melhor forma de governo*.

Tabela 3. Distribuição das orientações individuais em relação à democracia, Manifestação 16/8 e Grande Vitória (ES), 2015

Orientação	Pesquisa	
	Manifestantes 16/8 (%)	População Grande Vitória (%)
Democrata	73,8	57,4
Ambivalente	22,1	27,3
Autoritário	1,1	5,5
NS/NR*	3,0	2,8
TOTAL	100,0	100,0

Fonte: Elaboração própria a partir das pesquisas do NPSA/UVV.

Nota: * Abreviação para indicar "Não sei" e "Não respondeu".

A primeira constatação da matriz acima é que para ambas as pesquisas o apoio à democracia é alto (73,8% e 57,4%), sendo considerada, sempre, a melhor forma de governo. Merece ser destacado que há mais *democratas* participantes da manifestação de 16 de agosto de 2015 (73,8%) do que entre a população da Grande Vitória (57,4%). O aspecto mais relevante do conjunto de dados é a quantidade significativa de entrevistados *ambivalentes*, o que significa dizer que para eles a democracia às vezes é a melhor forma de governo. Isso nos leva a pensar que, para esses entrevistados, às vezes um governo não democrático seria conveniente. Tal sentimento é maior entre a população da Grande Vitória (27,3%), na comparação com os participantes da manifestação (22,1%). O percentual de entrevistados explicitamente *autoritários* é muito baixo, com 1,1% e 5,5% do total, nessa ordem.

Para melhor compreendermos as percepções dos participantes da manifestação e da população da Grande Vitória sobre a democracia, cruzamos a variável *apoio à democracia* com as variáveis *sexo* e *renda familiar* para sabermos a dimensão do apoio ao regime em que vivemos atualmente. As Tabelas 4 e 5 exibem os percentuais das orientações dos entrevistados sobre o suporte ao regime democrático, segundo o *sexo* e a *renda familiar*.

Tabela 4. Distribuição das orientações individuais em relação à democracia, por sexo. Manifestação 16/8 e Grande Vitória (ES), 2015

Orientação	Pesquisa			
	Manifestação 16/8 (%)		População Grande Vitória (%)	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher
Democrata	73,7	73,4	57,8	57,1
Ambivalente	20,3	23,4	32,9	35,7
Autoritário	1,9	1,9	6,4	4,6
NS/NR*	4,1	1,3	2,9	2,6
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Elaboração própria a partir das pesquisas do NPSA/UVV.

No conjunto de dados acima vemos um alto apoio à democracia, acentuadamente entre os manifestantes homens ou mulheres (73,7% e 73,4%, respectivamente) do que dos habitantes da Grande Vitória (57,8% para homens e 57,1% para mulheres). A média de apoio dos participantes *democratas* da manifestação foi de 73,5%, caindo 16,1% entre os habitantes *democratas* da Grande Vitória, o que indica que esses estão mais céticos com a democracia. Os homens e as mulheres *ambivalentes* demonstraram pensar que, às vezes, um governo não democrático seria válido. Esse sentimento teve presença acentuada entre os habitantes da Grande Vitória, com 32,9% entre os homens e 35,7% entre as mulheres. Por outro lado, esse pensamento também se mostrou presente entre as os homens e as mulheres que participaram da manifestação, com 20,3% e 23,4% do total, respectivamente. Os homens e as mulheres classificados como *autoritários* foram poucos quando comparados com os *democratas* e *ambivalentes*.

Na Tabela 4 vimos como se distribuiu estatisticamente o *sexo* entre os *democratas*, *ambivalentes* e *autoritários* com relação à democracia. Como seria o cruzamento entre *apoio à democracia* e *renda familiar*? Para isto, apresentamos a Tabela 5 que exhibe os percentuais desse cruzamento.

Tabela 5. Distribuição das orientações individuais em relação à democracia, por renda familiar, Manifestação 16/8 e Grande Vitória (ES), 2015

Orientação	Pesquisa							
	Manifestação 16/8 (%)				População Grande Vitória (%)			
	A*	B	C	D	A	B	C	D
Democrata	75,6	75,0	73,1	73,6	52,1	57,9	70,9	56,3
Ambivalente	24,4	19,0	23,6	22,5	35,0	35,9	26,3	41,1
Autoritário	-**	1,2	2,2	0,8	7,9	3,9	1,4	2,6
NS/NR*	-	4,8	1,1	3,1	5,0	2,3	1,4	-
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Elaboração própria a partir das pesquisas do NPSA/UUV.

Nota: * A = Até R\$ 1.600,00. B = Entre R\$ 1.601,00 a R\$ 4.000,00. C = Entre R\$ 4.001,00 a R\$ 8.000,00. D = Acima de R\$ 8.000,00. ** Abreviação para indicar "Não sei" e "Não respondeu".

Na tabela acima, observamos em todas as faixas de renda um alto apoio à democracia como a mais vantajosa forma de governo para viver. Isso significa que o *democrata* que ganha até R\$ 1.600,00 ou acima de R\$ 8.000,00 apoia fortemente a democracia. Esse apoio é mais realçado entre os *democratas* participantes da manifestação do dia 16 de agosto de 2015, nessa ordem, com 75,6%, 75,0%, 73,6% e 73,1% do total de cada faixa. Observando-se os *democratas* da Grande Vitória, esses percentuais ficaram entre 52,1% (até R\$ 1.600,00) e 57,9% (entre R\$ 1.601,00 a R\$ 4.000,00), sendo 56,3% na população possui renda acima de R\$ 8.000,00. A exceção é para os *democratas* com renda entre R\$ 4.001,00 a R\$ 8.000,00 (70,9%), pois eles creem que a democracia em todo tempo será uma forma de governo superior. O aspecto mais significativo é o fato de ser bastante alto o contingente de entrevistados *ambivalentes* em todas as faixas de renda. Os *ambivalentes* estão mais presentes no interior da população da Grande Vitória, com renda familiar que atravessa todas as faixas – respectivamente, 41,1%, 35,9%, 35,0% e 26,3% do total. O que se destaca foi o alto percentual (41,1%) dos ambivalentes que recebem acima de R\$ 8.000,00 acharem que em algum momento um governo não democrático seria cabível. A tabela ainda informa que são poucos os *autoritários*, sobretudo entre os participantes da manifestação do dia 16 de agosto de 2015.

Até o momento identificamos o reconhecimento, por parte dos entrevistados, de que a democracia é sempre a melhor forma de governo. Entretanto não sabemos o conteúdo desse

apoio. Para apreendermos esse conteúdo, submetemos os entrevistados a algumas afirmações que poderiam contribuir para o avanço no entendimento de alguns temas que dominam as discussões no interior dos espaços públicos e privados. Com isto pretendemos saber se os entrevistados teriam uma visão *progressista*, *ambivalente* ou *conservadora* sobre esses temas. Uma visão *progressista* concordaria com as afirmações *cotas para universidades públicas, reforma agrária das propriedades improdutivas, legalização da prática do aborto, união civil de pessoas do mesmo sexo e legalização do uso e porte de drogas*, mas discordaria de questões como *redução da maioria penal*. Já a visão *ambivalente* seria indiferente às afirmações citadas. Uma visão *conservadora* teria uma posição exatamente oposta à visão *progressista*. É importante ressaltar que um indivíduo pode ter mais de uma visão: ele pode ter uma visão *progressista* com as *cotas para universidades públicas*, mas *conservadora* com *legalização da prática do aborto* ou, ainda, *progressista* com a *legalização da prática do aborto*, mas *ambivalente* com a *redução da maioria penal*. A Tabela 6 apresenta os percentuais do conteúdo social de adesão à democracia.

Tabela 6. Distribuição do conteúdo, Manifestação 16/8 e Grande Vitória (ES), 2015

Afirmações	Pesquisa							
	Manifestação 16/08 (%)				População Grande Vitória (%)			
	C*	I	D	TOTAL	C	I	D	TOTAL
Cotas para universidades públicas.	39,6	2,2	57,7	99,5**	67,9	2,3	28,1	98,3
Reforma agrária das propriedades improdutivas.	55,8	8,2	32,0	96,0	67,6	5,3	13,3	86,2
Legalização da prática do aborto.	32,5	6,8	48,9	88,2	28,6	2,5	66,9	98,0
União civil de pessoas do mesmo sexo.	45,0	17,8	35,5	98,3	34,8	9,8	53,1	97,7
Legalização do uso e porte de drogas.	23,2	4,9	70,5	98,6	22,3	2,0	74,7	99,0
Redução da maioria penal.	80,4	2,5	16,4	99,3	77,7	1,8	19,8	99,3

Fonte: Elaboração própria a partir das pesquisas do NPSA/UUV.

Nota: * C = Concorda. I = Indiferente. D = Discorda. ** A somatória não incluiu os "Não tenho opinião formada".

Quando expostos ao público, temas polêmicos e debatidos por políticos, estudiosos e cidadãos em geral ainda provocam diferentes reações quanto à sua aceitabilidade, suscitando as seguintes tomadas de posição: aqueles que concordam e os que discordam e aqueles que são indiferentes, sem concordar ou discordar. Cotas e reforma agrária são dois temas que já fazem parte do cotidiano dos brasileiros, mas quando debatidos no espaço público, percebe-se a controvérsia que ainda geram. Os participantes da manifestação do dia 16 de agosto de 2015 apresentaram uma visão *conservadora* sobre as cotas (57,7% contrários), mas um sentimento *progressista* com a reforma agrária (55,8% favoráveis). As cotas e a reforma agrária têm maior apoio (visão *progressista*) dos habitantes da Grande Vitória, com 67,9% e 67,6% do total, respectivamente.

Aborto, união homoafetiva e porte de drogas para uso pessoal são temas que sempre

estão em debate e são tratados pelos interlocutores com certo cuidado, por serem considerados espinhosos e com pouca penetração no interior da sociedade civil. Os participantes da manifestação revelaram um sentimento conservador sobre a prática do aborto (48,9% contrários), uma visão *progressista* em relação à união homoafetiva (55,8% favoráveis) e um sentimento conservador quanto ao uso de drogas (70,5% contrários). Na população da Grande Vitória, vimos que esses temas têm pouco apoio (visão *conservadora*), sobretudo o porte de drogas para uso pessoal, com, respectivamente, 66,9%, 53,1% e 74,7% de pessoas contrárias.

O último tema da tabela diz respeito à redução da maioria penal, que foi nos últimos meses muito debatido. O que estava em discussão era a diminuição da idade mínima para que fosse permitida a prisão em caso de crimes considerados hediondos. Quando inquiridos, os participantes da manifestação do dia 16 de agosto de 2015 e os habitantes da Grande Vitória apresentaram uma visão *conservadora* sobre a redução da maioria, com 80,4% e 77,7% do total favoráveis à proposta, na devida ordem. Esses percentuais indicam que os entrevistados apoiam fortemente a redução da idade para crimes hediondos. É importante destacar, que os temas tratados na Tabela 6 vão trazer a visão *ambivalente*, mas com um percentual muito baixo.

Apoiar ou não a democracia não significa estar ou não satisfeito com o seu funcionamento. Interessados em conhecer o grau de satisfação dos entrevistados, perguntamos: *No Brasil, qual é seu grau de satisfação com a democracia?* A Tabela 7 mostra os percentuais dos entrevistados sobre a satisfação com o regime democrático.

Tabela 7. Distribuição da satisfação com a democracia, Manifestação 16/8 e Grande Vitória (ES), 2015

Satisfação	Pesquisa	
	Manifestantes 16/8 (%)	População Grande Vitória (%)
Muito Satisfeito	3,1	3,8
Satisfeito	15,8	10,9
Regular	22,4	27,0
Insatisfeito	29,5	32,3
Muito Insatisfeito	28,1	26,0
NS/NR*	1,1	_***
TOTAL	100,0	100,0

Fonte: Elaboração própria a partir das pesquisas do NPSA/UUV.

Nota: * Abreviação para indicar "Não sei" e "Não respondeu." ** Sinal para indicar % igual à zero.

Ao somarmos as categorias *satisfeito* ou *muito satisfeito* notamos que, seja entre os participantes da manifestação do dia 16 de agosto de 2015 (18,9%), seja entre a população da Grande Vitória (14,7%), a satisfação com a democracia é muito baixa, tendo uma média de

satisfação de 16,8%. Se fizermos o mesmo procedimento para as categorias *insatisfeito* ou *muito insatisfeito* observamos o oposto, tanto entre os participantes da manifestação (57,6%) como na população da Grande Vitória (58,3%), a insatisfação com o regime democrático é muito alta, com uma média de satisfação de 57,9%.

As distribuições estatísticas do apoio e satisfação com a democracia, apresentadas nas Tabelas 3 e 7, vêm a reforçar os dados do Latinobarómetro expostos no Gráfico 1, pois para uma parcela da população, seja ela nacional ou local (capixaba), o regime democrático não representa a melhor forma de governo. A democracia "*parece consolidarse de manera imperfecta, quedándose anclada en algunos temas*" (Latinobarómetro, 2016a). Diante disso, caberia perguntar: quais temas dificultam o processo democratizante da democracia?

A literatura que trata da qualidade da democracia destaca a importância das instituições e dos governos nesse processo. Um dos temas abordados por essa literatura é o fenômeno da confiança política, pois o comportamento mais comum de boa parte da população, que apoia ou não a democracia, é desconfiar das instituições que dão respaldo a essa forma de governo (Feres Junior e Eisenberg, 2006; Moises, 2010; Moises e Meneguello, 2013). A desconfiança em relação à democracia, por sua vez, projeta-se também sobre os atores envolvidos na operação das instituições democráticas. Esse dilema cria um paradoxo que, segundo Moises (2010, p. 45), "[...] não envolve riscos imediatos para a democracia, mas coloca em questão a relação dos cidadãos com o sistema democrático, uma vez que a participação dos cidadãos é a essência da democracia".

A confiança política é um ingrediente societal essencial para promover o bom funcionamento do regime democrático. Portanto, uma grande desconfiança pode acentuar ainda mais o distanciamento da população em relação às instituições. Para Moises (2010, p. 54), a confiança política da população

[...] não é, portanto, cega ou automática, mas depende das instituições estarem estruturadas para permitir que eles conheçam, recorram ou interpelem os seus fins últimos – fins aceitos e desejados pelos cidadãos. Regras institucionais democráticas como a imparcialidade em eleições, a proibição no uso de recursos públicos ou a igualdade de acesso à justiça ao "naturalizar" os direitos de cidadania gerariam expectativas sociais a respeito de seu desempenho, assim como de seus funcionários, e isso afetaria a relação dos cidadãos com elas (Moisés, 2010, p. 54)

A confiança política é uma relação construtiva entre os habitantes e a instituição, significa dizer que confiar é saber minimamente a funcionalidade institucional concedida pela sociedade (Moises, 2010). Por exemplo, a polícia existe para oferecer segurança e assegurar nossas vidas, mas se em algum momento tal objetivo falha, a população pode passar a desconfiar dessa

instituição e de seus membros.

Ou seja, a confiança política dos cidadãos dependeria da coerência das instituições quanto à sua justificação normativa, e é o repertório de significações resultante do funcionamento das instituições que determinaria a medida dessa confiança, que pode ou não se estender aos responsáveis por elas, conforme o comportamento deles seja compatível com aqueles objetivos (Moises, 2010, p. 54).

Com as manifestações que ocorreram no Brasil no dia 16 de agosto de 2015, vimos que algumas instituições foram tratadas de maneira hostil pelos participantes, a exemplo dos partidos políticos, dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e da imprensa. Interessados em conhecer o grau de confiança dos entrevistados, perguntamos: *Para cada uma das instituições a seguir, qual é o seu grau de confiança?* Para facilitar a leitura da tabela, reclassificamos as categorias *muita confiança*, *alguma confiança*, *pouca confiança* e *nenhuma confiança* para *muita (muita confiança)*, *pouca (alguma confiança e pouca confiança)* e *nenhuma (nenhuma confiança)*, visando obter, assim, a intensidade das respostas dos nossos entrevistados com relação à confiança política. A Tabela 8 exhibe os percentuais sobre a confiança política nas instituições democráticas.

Tabela 8. Distribuição da confiança política nas instituições, Manifestação 16/8 e Grande Vitória (ES), 2015

Instituição	Pesquisa							
	Manifestação 16/08 (%)				População Grande Vitória (%)			
	M*	P	N	TOTAL	M	P	N	TOTAL
Igreja	34,7	54,2	10,1	99,0**	42,0	45,3	12,7	100,0
Forças Armadas	34,4	59,3	5,5	99,2	33,9	51,3	14,8	100,0
Judiciário	8,5	73,0	18,3	99,8	14,5	61,6	23,9	100,0
Polícia	12,3	77,4	9,8	99,5	14,2	66,2	19,6	100,0
Congresso Nacional	0,3	37,7	61,2	99,2	5,1	39,6	55,3	100,0
Assembleia	0,3	38,5	60,7	99,5	5,6	44,4	50,0	100,0
Câmara Municipal	0,3	36,0	62,8	99,1	4,1	42,2	53,7	100,0
Partidos Políticos	0,5	37,7	60,7	98,9	3,1	34,8	62,1	100,0
Imprensa	12,6	72,2	14,7	99,5	22,6	54,6	22,8	100,0
Sindicatos	2,2	42,6	53,5	98,3	14,3	53,8	31,9	100,0
Empresários	14,7	75,9	7,9	98,5	12,6	57,8	29,6	100,0
Governo federal	0,5	32,8	66,4	99,7	9,7	44,4	45,9	100,0
Governo estadual	0,8	59,0	39,6	99,4	7,4	51,1	41,5	100,0
Prefeitura	2,7	58,2	38,2	99,1	7,9	50,4	41,7	100,0
Movimentos sociais	16,9	59,9	21,0	97,8	27,5	58,5	14,0	100,0

Leis	27,8	57,9	13,1	98,8	25,1	54,4	20,5	100,0
------	------	------	------	-------------	------	------	------	--------------

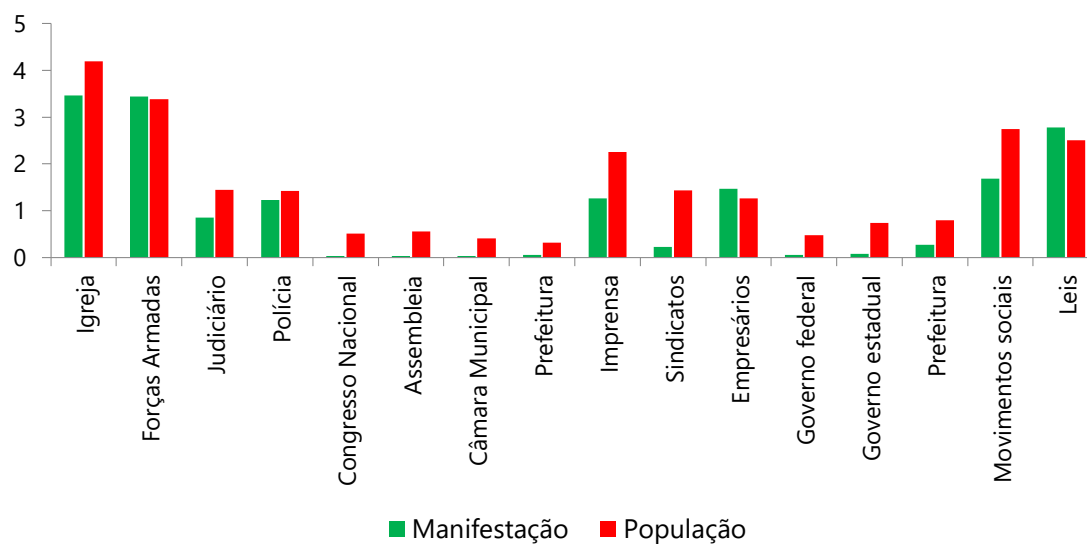
Fonte: Elaboração própria a partir das pesquisas do NPSA/UVV.

Nota: * M = Muita. P = Pouca. N = Nenhuma. ** A somatória não incluiu os “Não sei” e “Não respondeu”.

À primeira vista, podemos observar que para cada uma das instituições destacadas na tabela, o que predomina é *nenhuma confiança* política, seja entre os participantes da manifestação ou entre os habitantes da Grande Vitória. Para os participantes da manifestação, a Câmara Municipal é a instituição menos confiável (62,8%), enquanto para a população da Grande Vitória as legendas partidárias são as instituições que geram mais desconfiança entre eles (62,1%).

Com os dados da categoria *muita confiança* construímos o Índice de Confiança para melhor aferir a confiabilidade política dos entrevistados. O índice varia de 0,0 a 10,0, onde o intervalo entre 0,0-4,0 é igual à *baixa confiança*; 4,1-6,0, *média confiança*; e 6,1-10,0, *alta confiança*. Para obtermos a variabilidade de 0,0 a 10,0, dividimos cada valor por 10,0. Assim, por exemplo, se a Igreja obteve um percentual de 63,7% de apoio, dividido por 10,0, esse percentual aponta para um Índice de Confiança de 6,37, correspondente a uma alta confiança política. O Gráfico 2 é ilustrativo sobre o Índice de Confiança apresentado.

Gráfico 2. Índice de Confiança, Manifestação 16/8 e Grande Vitória (ES), 2015



Fonte: Elaboração própria a partir das pesquisas do NPSA/UVV.

Segundo o Índice de Confiança, as instituições destacadas no Gráfico 2 possuem baixa confiança política, com exceção da Igreja, que possui média confiança entre a população da Grande Vitória. Embora as instituições sejam avaliadas com baixa confiança, quando olhamos isoladamente cada uma, percebemos que algumas são mais bem classificadas do que outras. Para

os participantes da manifestação do dia 16 de agosto de 2015, a Igreja (3,47), as Forças Armadas (3,44) e as leis (2,78) são as mais confiáveis, ao passo que população da Grande Vitória confia mais na Igreja (4,2), nas Forças Armadas (3,39), na imprensa (2,26), nos movimentos Sociais (2,75) e nas leis (2,51).

Considerações finais

Com os resultados e as discussões empreendidas ao longo do texto, acreditamos que as indagações destacadas no início - Quem são essas pessoas? Qual o seu perfil? O que elas pensam da democracia? - foram respondidas, possibilitando, dessa maneira, identificar a existência de vários perfis e percepções dos manifestantes e da população da Grande Vitória. Os achados apresentados em cada uma das seções foram importantes para compreendermos quem são essas pessoas que constituem a sociedade capixaba na região da Grande Vitória (ES), com participação ou não na grande manifestação ocorrida em 16 de agosto de 2015.

As variáveis *sexo* e *faixa etária* não trouxeram novidades na análise dos atributos naturais, pois os dados das duas pesquisas dialogam estatisticamente. Por outro lado, a análise dos atributos *conquistados* revelou um divisor sobre a sociedade capixaba da Grande Vitória, uma vez que as variáveis *grau de instrução* e *renda familiar* mostraram caminhos opostos nas duas pesquisas. A hipótese aventada segundo a qual os atributos *conquistados* dos participantes da manifestação diferem dos residentes da Grande Vitória se confirma, pois com uma simples observação das frequências estatísticas das variáveis desses atributos podemos identificar (i) um grupo com alto nível de escolarização e renda contrastando com o (ii) outro marcado pelo baixo grau de instrução e rendimentos.

O exame dos atributos *naturais* e *conquistados* dos participantes da manifestação do dia 16 de agosto de 2015 e da população da Grande Vitória ofereceu a possibilidade de traçar sociologicamente a imagem dos entrevistados. No geral, são homens e mulheres, sem o predomínio de nenhum deles; com idade acima de 41 anos, com tendência a um público de meia-idade; alto nível de escolaridade (superior completo com pós-graduação) entre os participantes da manifestação, enquanto no interior da população o ensino médio e superior completo predominou; uma renda familiar alta entre os participantes, superior a R\$ 4.001,00, ao passo que no interior da população o rendimento da família ficou na faixa de R\$ 1.600,0 a R\$ 4.000,00.

A variável *democracia* nos rendeu resultados interessantes, que possibilitaram alguns cruzamentos analíticos com outras variáveis. Vimos o reconhecimento, por parte dos entrevistados, de que estamos vivendo em uma democracia, com alta adesão a essa forma de governo. Seja homem ou mulher, a democracia sempre apresentou apoio entre os entrevistados. Dos que ganham até R\$ 1.600,00 ou acima de R\$ 8.000,00, muitos enxergam democracia como a melhor forma para viver. Todavia, adesão à democracia não reflete apoio às instituições que dão

respaldo a essa forma de governo, como o governo federal, o Congresso Nacional e os partidos políticos. Essas instituições, que representam a estrutura democrática moderna, sofrem fortemente de baixo apoio da população. A hipótese apresentada segundo a qual os participantes da manifestação e os residentes da Grande Vitória preferem a democracia, mas estão insatisfeitos com suas instituições, também se confirmou, pois as informações estatísticas das duas pesquisas vão de encontro aos estudos do Moises (2008 e 2010) e do Latinobarómetro sobre as opiniões dos latino-americanos a respeito da democracia. Atualmente, a democracia produz e mantém instituições nas quais a grande maioria das pessoas não confia.

A análise das percepções políticas dos participantes da manifestação do dia 26 de agosto de 2015 e da população da Grande Vitória nos permitiu mapear sociologicamente suas opiniões sobre a democracia. Em síntese, trata-se de *democratas* homens e mulheres, que estão distribuídos em todas as faixas de renda, acreditam fortemente na democracia, a despeito da presença de muitas pessoas *ambivalentes* - tanto homens como mulheres, espalhados em todos os estratos de rendimento e preferindo, às vezes, a democracia; e, de vez em quando, um regime não democrático. Os entrevistados revelaram possuir visões *conservadoras* e *progressistas* sobre determinados temas. A maioria demonstrou insatisfação com a democracia, desconfiando crescentemente de suas instituições. Acreditam mais na Igreja, nas Forças Armadas e nas Leis, pois são instituições, segundo os entrevistados, que melhor dão respaldo ao regime democrático.

Do que foi discutido ao longo do texto, finalizamos com o registro de que o propósito do artigo foi contribuir para o conhecimento acerca das manifestações sociais que ocorreram no Brasil, em especial em Vitória (ES), em 2015, com a identificação dos perfis sociais e das percepções políticas dos participantes. Também ampliamos o escopo da pesquisa de campo feita durante o protesto do dia 16 de agosto daquele ano com a pesquisa a respeito da população da Grande Vitória, o que permitiu conhecer um pouco mais sobre os perfis sociais e as percepções políticas da população residente nos municípios da região metropolitana. Certamente, novas pesquisas poderão ser feitas com a população capixaba para ampliar os achados disponibilizados pelo presente texto.

Referências bibliográficas

Abranches, Sérgio Hudson. 2001. A democracia brasileira vai bem, mas requer cuidados: proposições sobre democracia brasileira e o presidencialismo de coalizão. *Estudos & Pesquisas*, (5): 1-18.

Colomer, Josep, Banerjee, David e Mello, Fernando. 2016. To democracy through anocracy. *Democracy & Society*, 13(1): 19-25.

Datafolha. 2015. Pesquisa Avaliação da presidente Dilma Rousseff (09/02/2015). Disponível em: <<http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2015/02/1587329-aprovacao-a-governo-dilma-rousseff-cai-e-reprovacao-a-petista-dispara.shtml>>. Acesso em: 22 nov. 2017.

- Datafolha. 2014. Pesquisa Avaliação da presidente Dilma Rousseff (24/02/2014). Disponível em: <<http://datafolha.folha.uol.com.br/eleicoes/2014/02/1416950-mesmo-com-desejo-de-mudanca-dilma-rousseff-lidera-corrída-eleitoral.shtml>>. Acesso em: 20 nov. 2017.
- Datafolha, 2013. Pesquisa Avaliação da presidente Dilma Rousseff (29/06/2013). Disponível em: <<http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2013/06/1303659-aprovacao-a-governo-dilma-rousseff-cai-27-pontos-em-tres-semanas.shtml>>. Acesso em: 24 nov. 2017.
- Feres Junior, João e Eisenberg, José. 2006. Dormindo com o inimigo: uma crítica ao conceito de confiança. *Dados*, 49(3): 457-481.
- Keller, Suzanne. 1967. *O destino das elites*. Rio de Janeiro: Forense.
- Lagos, Marta. 2000. A máscara sorridente da América Latina. *Opinião Pública*, 6(1): 1-16.
- Latinobarómetro. 2016a. La confianza en América Latina 1995-2015: 20 años de opinión pública latino-americana. Disponível em: <http://www.latinobarometro.org/LATDocs/F00005085-INFORME_LB_LA_CONFIANZA_1995_2015.pdf>. Acesso em: 14 out. 2017.
- Latinobarómetro. 2016b. El declive de la democracia. Disponível em: <<http://governanza.udg.mx/sites/default/files/Latinobar%C3%B3metro.pdf>>. Acesso em: 14 out. 2017.
- Levine, Daniel e Molina, José Enrique. 2007. La calidad de la democracia en América Latina: una visión comparada. *América Latina Hoy*, (45): 17-46.
- Messemberg, Débora. 2002. *A elite parlamentar do pós-constituente: atores e práticas*. São Paulo: Brasiliense.
- Moises, José Álvaro e Meneguello, Rachel. 2013. Os efeitos da desconfiança política para legitimidade democrática. In J. A. Moises e R. Meneguello (orgs.). *A desconfiança política e os seus impactos na qualidade da democracia*. São Paulo: EDUSP.
- Moises, José Álvaro. 2010. Democracia e desconfiança das instituições democráticas, In J. A. Moises (org.). *Democracia e confiança: por que os cidadãos desconfiam das instituições públicas?* São Paulo: EDUSP.
- Moises, José Álvaro. 2008. Cultura política, instituições e democracia: lições da experiência brasileira. *Brasileira de Ciências Sociais*, 23(66): 11-43.
- Mucinhato, Rafael Moreira Dardaqué. 2014. Quem são os deputados? Um balanço do perfil biográfico de 1986 a 2012. In J. A. Moises (org.). *O Congresso Nacional, os partidos políticos e o sistema de integridade: representação, participação e controle interinstitucional no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Konrad Adenauer Stiftung & NUPPs.
- Penteado, Cláudio. 2014. Os protestos contra a Copa do Mundo de 2014 no Brasil: análise do II Grande Ato Contra a Copa no Facebook. *Em Debate*, 6(1): 7-23.

- Presissinotto, Renato Monseff, Codato, Adriano, Braga, Sérgio Soares e Fuks, Mário. 2007. *Quem governa? Um estudo das elites políticas no Paraná*. Curitiba: UFPR.
- Pimentel, Jairo. 2015. Impeachment, oposição e autoritarismo - o perfil e demanda dos manifestantes em São Paulo. *Em Debate*, 7(2): 15-22.
- Power, Timothy e Jamison, Giselle. 2005. Desconfiança política na América Latina. *Opinião Pública*, 11(1): 64-93.
- Rodrigues, Leôncio Martins. 2006. *Mudanças na classe política brasileira*. São Paulo: PubliFOLHA.
- _____. 2002. *Partidos, ideologia e composição social: um estudo das bancadas partidárias na Câmara dos Deputados*. São Paulo: Edusp.
- _____. 1987. *Quem é quem na constituinte: uma análise sócio-política dos partidos e deputados*. São Paulo: OESP-Maltese.
- Santos, Fabiano. 2003. Deputados federais e instituições legislativas no Brasil - 1946-1999. In F. Santos (org.). *O poder Legislativo no presidencialismo de coalizão*. Belo Horizonte/Rio de Janeiro: UFMG/IUPERJ.
- Singer, André. 2013. Brasil, junho de 2013: classes e ideologias cruzadas. *Novos Estudos CEBRAP*, (97): 23-40.
- Tilly, Charles. 2013. *Democracia*. São Paulo: Vozes.